



# **CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO**

Estado do Paraná

## **PROJETO DE LEI Nº. 003/2026**

**SÚMULA:** Concede recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos subsídios dos Agentes Políticos e Secretários Municipais da Gestão e Legislatura 2025 à 2028.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, submete a plenário o seguinte projeto de Lei:

**Art.1º** - Fica concedido recomposição inflacionária, a título de revisão geral anual nos Subsídios dos Agentes Políticos e Secretários Municipais do Poder Executivo, Gestão e Legislatura de 2025 a 2028, fixados pela Lei nº. 1051/2024, em conformidade com o art. 14 da Lei Orgânica Municipal, em parcela única de **3,90%** (Três virgula noventa por cento), correspondente ao INPC apurado no período de Janeiro de 2025 à Dezembro de 2025, o qual deverá ser aplicado sobre os subsídios fixados na Lei Municipal nº. 1051/2024, conforme artigo 4º da citada lei, e considerados os limites da disponibilidade orçamentária em face do Princípio da Responsabilidade Fiscal, decorrentes do disposto na Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, nos seguintes termos:

**I – Prefeito Municipal** – Subsídios **R\$ 20.118,67** (Vinte mil, cento e dezoito reais sessenta e sete centavos).

**II – Vice-Prefeito** – Subsídios de **R\$ 10.059,33** (Dez mil, cinquenta e nove reais e trinta e três centavos).

**III – Secretários Municipais** – Subsídios de **R\$ 6.412,82** (Seis mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e dois centavos).

**Art. 2º** – Permanecem inalterados os demais artigos constantes da Lei nº. 1051/2024.

**Art.3º.** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais retroativos a partir de 01º de Janeiro de 2026, revogadas as disposições em Contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.

**JOCELI ALMEIDA DE MORAES**  
Presidente

**MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**  
1º Secretário

**JOELSON DE DEUS RAMOS**  
2º Secretário



# CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

Estado do Paraná

## JUSTIFICATIVA

Analizando a Lei nº. 1051/2024, que “Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Foz do Jordão para o período de 1º de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2028”, a qual traz em seu texto o seguinte;

**Art. 1º** - O agente político ocupante do mandato eletivo de Prefeito faz jus à percepção de um subsídio mensal fixado no importe de **R\$ 19.363,49** (Dezenove mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos).

**Art. 2º** - O agente político detentor de mandato eletivo de Vice-Prefeito faz jus à percepção de um subsídio mensal fixado no importe de **R\$ 9.681,74** (Nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos).

**Art. 3º**- Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de **R\$ 6.172,11** (Seis mil, cento e setenta e dois reais e onze centavos).

**Art. 4º**- Os subsídios fixados nesta lei serão revistos anualmente a partir de Janeiro de 2026, aplicando-se à revisão geral de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a variação do INPC relativo ao período anual anterior, sendo vedada a concessão de aumento ou reajuste ao longo do quadriênio.

Ainda, com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso X, que assim define;

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

**X** - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

A recomposição inflacionária concedida aos servidores de acordo com índice definido na Lei Orgânica do Município de Foz do Jordão, que é o INPC, no importe de 3,90%, relativo ao acumulado do ano de 2025.

O Art. 4º da Lei nº. 1051/2024, que prevê a revisão dos subsídios anualmente a partir de Janeiro de 2026, onde está sendo proposto o reajustado de 3,90% relativo ao INPC acumulado do ano de 2025.

Submetemos ao plenário o projeto de Lei de recomposição inflacionária dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários para este ano de 2023 com base na legislação citada.

Isto posto, diante de todos esses argumentos aqui elencados, apresenta-se este Projeto de Lei, o qual espera a aprovação dos nobres colegas Vereadores (as), garantindo assim no âmbito do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, um dos direitos consagrados na constituição federal e na lei orgânica municipal.

Ante todo o exposto, conto com os nobres pares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Foz do Jordão, em 27 de Janeiro de 2026.

**JOCELI ALMEIDA DE MORAES**  
Presidente

**MICHAEL JOSÉ MAROLETTO**  
1º Secretário

**JOELSON DE DEUS RAMOS**  
2º Secretário